



LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA

PRECATÓRIOS

ATUAL REGIME JURÍDICO



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 29.08.2022

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C978p

Cunha, Leonardo Carneiro da

Precatórios: atual regime jurídico / Leonardo Carneiro da Cunha. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-627-2

1. Execução contra fazenda pública - Brasil. 2. Execução fiscal - Brasil. I. Título.



22-79690

CDU: 347.952:351.94(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PRECATÓRIO	3
1.1. Terminologia.....	3
1.2. Breve esboço histórico.....	5
1.3. Previsão constitucional.....	7
1.4. Justificativa constitucional.....	11
1.5. Obrigatoriedade do precatório	13
1.6. Casos de dispensa de precatório	14
1.7. Créditos alimentares.....	22
1.8. As Emendas Constitucionais 62/2009 e 94/2016, as preferências e as diversas ordens cronológicas.....	25
2. ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DOS PRECATÓRIOS.	27
2.1. Aspectos objetivos.....	27
2.2. Aspectos subjetivos.....	31
3. PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS	35
3.1. Prazo para pagamento dos precatórios	35
3.2. Atualização monetária e juros no pagamento do precatório ..	36
3.3. A inadequação da correção monetária por índice que não reflete a inflação	38
3.4. Previsão da Selic como critério de correção monetária.....	44

3.5.	Selic <i>versus</i> IPCA-E.....	45
3.6.	Procedimento do precatório perante o presidente do tribunal	47
3.7.	Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório	47
3.8.	Sequestro	49
4.	REGIME ESPECIAL PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	53
4.1.	Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios (instituído pela EC 62/2009).....	53
4.2.	Assunção de débitos de Estados, do Distrito Federal e de Municípios pela União (CF, art. 100, § 16)	54
4.3.	Inconstitucionalidade do regime especial estabelecido para Estados, para o Distrito Federal e para Municípios.....	55
4.4.	As Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.357 e 4.425 e seus julgamentos pelo Supremo Tribunal Federal	57
4.5.	Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios (instituído pela EC 94/2016).....	59
4.6.	Ampliação do prazo do regime especial pela EC 109/2021.....	63
4.7.	Limite subjetivo de aplicação	63
4.8.	Preferências para o regime especial	64
4.9.	Proibição de desapropriações	65
4.10.	Vedação de sequestro.....	65
4.11.	Inconstitucionalidade do regime especial.....	65
5.	LIMITE DE GASTOS PARA PRECATÓRIOS FEDERAIS.....	67
5.1.	Limites de gastos para despesas primárias.....	67
5.2.	Limites de gastos para pagamento de precatórios federais.....	67
5.3.	Exclusão do limite de gastos	68
5.4.	Prioridades de pagamento durante o limite de gastos federais	69
6.	DEMAIS REGRAS SOBRE PRECATÓRIOS	71
6.1.	O cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais (Lei 13.463/2017).....	71

6.2.	Intervenção federal e estadual	75
6.3.	Parcelamento de precatórios que superam 15% do montante dos precatórios	75
6.4.	Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos com a correspondente Fazenda Pública	76
6.5.	Utilização de crédito de precatório	77
6.6.	Cessão de crédito inscrito em precatório	78
7.	OS PRECATÓRIOS E O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	81
7.1.	Relembrando as funções do Conselho Nacional de Justiça.....	81
7.2.	O Conselho Nacional de Justiça e as boas práticas da atividade jurisdicional	83
7.3.	A Resolução 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça	85
7.4.	A gestão dos precatórios e o controle pelo Congresso Nacional e pelo Conselho Nacional de Justiça.....	86
8.	NORMAS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	89
8.1.	Execução contra a Fazenda Pública.....	89
8.2.	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	91
8.3.	Liquidação de sentença contra a Fazenda Pública: ausência de regras especiais	96
8.4.	A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: impugnação.....	97
8.5.	Conteúdo da impugnação apresentada pela Fazenda Pública	102
8.5.1.	Observação inicial	102
8.5.2.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia	103
8.5.3.	Ilegitimidade de parte	104
8.5.4.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	105
8.5.5.	Decisão fundada em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 535, § 5º).....	105
8.5.6.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	109

8.5.7.	Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença	113
8.5.8.	Incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz	114
8.6.	Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública	115
8.6.1.	Generalidades	115
8.6.2.	A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução	117

BIBLIOGRAFIA..... 121

ANEXO..... 125

1.	Legislação pertinente à matéria dos precatórios	125
	Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016	125
	Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017	131
	Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021	135
	Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021	147
	Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021 ..	153
	Resolução n. 303, de 18 de dezembro de 2019	158
2.	Súmulas do STF e do STJ	196
3.	Temas de Repercussão Geral em Recurso Extraordinário	197
4.	Teses Fixadas pelo STJ em Temas Repetitivos.....	200
5.	Enunciados	202
5.1.	Enunciado do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis – FPPC	202
5.2.	Enunciados do Fórum Nacional do Poder Público – FNPP.....	202
6.	<i>Leading Cases</i> Comentados.....	203